



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680046 - SP (2021/0218641-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RAFAEL ZAMBON DE MORAES - PR074710
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RICARDO FERREIRA RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RICARDO FERREIRA RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 1502643-66.2020.8.26.0320).

Após provimento parcial da apelação da defesa, o paciente foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado. Contra esse acórdão, foi impetrado o presente *habeas corpus*.

O impetrante sustenta que o paciente preenche todos os requisitos exigidos para o reconhecimento do tráfico privilegiado com a respectiva redução de pena. Além disso, alega que o regime inicial fechado carece de fundamentação, razão pela qual deve ser fixado regime mais brando. Ainda, argui que a pena privativa de liberdade deve ser substituída por penas restritivas de direitos após incidência do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/06.

Requer, em pedido liminar, a suspensão da execução da pena até julgamento do mérito do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que "seja reformado o acórdão, para fazer incidir o art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06, fixando-se regime inicial aberto substituído por penas restritivas de direitos ou, subsidiariamente, seja reformado o acórdão para, mantido o afastamento do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, seja aplicado o regime inicial semiaberto" (fl. 10).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente